



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

						ANO E SEMESTRE 2023/1
PROFESSOR(ES)						
ANTONIO GOMES DE VASCONCELOS e NATHALIA LIPOVETSKY						
DIR873						
TEMA						
TEMAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL						
SUBTEMA						
(Direito e Economia) Constituição e economia política: por uma análise jurídica do econômico (I)						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?						
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?						
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não						
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA	
Terça-feira	19:00	60	4	15	REGULAR	
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?						
<input checked="" type="checkbox"/> Não ()						

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	CPF	INSTITUIÇÃO
Professores convidados (nacionais e internacionais) pesquisadores do GIDEF conforme disponibilidade.		

EMENTA
Economia e Ética: desigualdade e concentração de renda e riqueza. Justiça e acesso a direitos. Abordagem comparativa de teorias e ideias que orientam a economia política nas perspectivas liberal clássica, “radical”, conservadora e neoliberal (Barry Clark). O princípio de justiça econômica imanente à “ordem econômica e social” estabelecida na Constituição de 1988. Princípios e “valores” subjacentes às teorias econômicas que orientam as políticas econômicas em curso no país: entre o “neoconstitucionalismo” e o “neoliberalismo”. Controle constitucional de políticas econômicas?
METODOLOGIA:
As atividades da disciplina serão desenvolvidas a partir de três eixos metodológicos: seminários , ensino mediante participação em colóquios do Ciclo de Colóquios Internacionais GIDEF-UFMG- RICDP; aulas expositivas contextualizadoras e debates. A metodologia de trabalho, na disciplina, está concebida da seguinte forma:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Seminários: apresentação e discussão de textos selecionados, constantes do programa da disciplina, para aprofundamento teórico sobre temas fundamentais e estruturantes do pensamento crítico acerca dos temas constantes da ementa que serão abordados nas demais atividades da disciplina (colóquios, exposições do professor e/ou professores convidados e debates); 2. Participação interativa dos alunos nos colóquios realizados com base no Projeto Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPE-FDUFMG), cujas temáticas são conexas e/ou transversais ao conteúdo programático da disciplina 3. Debates livres: protagonizados pelos alunos ou decorrentes de “fatos” inesperados no transcurso rizomático da disciplina.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

MODALIDADE DE OFERTA:

A disciplina será ofertada sob a modalidade híbrida, sendo que os seminários serão presenciais e os colóquios, *on-line* em razão da diversidade

JUSTIFICATIVA:

O tema da presente disciplina segue linha evolutiva conteudística que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos semestres em que foi ofertada, sob diversos enfoques. Almeja uma abordagem interdisciplinar situada no campo de interseção entre o Direito e Economia, com destaque para: **a)** as finanças públicas e sua relação com o desenvolvimento compreendido como condição *sine qua* para a concretização dos direitos sociais fundamentais inscritos na Constituição, **b)** análise dos fundamentos das teorias econômicas subjacentes às políticas inspiradas na ortodoxia neoliberal e sua compatibilidade com as princípios, diretrizes e normas constitucionais que regulam as ordens econômica e financeira nacionais, **c)** análise da Constituição de 1988 à luz das teorias neoconstitucionais contemporâneas e dos valores, princípios e normas que conforma o “paradigma” do Estado Constitucional Democrático de Direito (ECDD), **d)** as questões cruciais relacionadas ao papel do estado e dos poderes políticos, especialmente do Poder Judiciário tendo por marco teórico os fundamentos e objetivos do ECDD e os valores e princípios que norteiam o projeto de sociedade inscrito nas Constituições que perfilham o novo constitucionalismo, **e)** os desdobramentos de tais temáticas nas políticas de administração da justiça analisadas estrito senso (sob ponto de vista jurisdicional e administrativo) e lato senso (realização da justiça constitucional como dever e objetivo constitucional do conjunto dos poderes políticos), na efetividade dos direitos sociais, em especial os previdenciários e trabalhistas, extensão e limites materiais do controle constitucional; **f)** as premissas epistemológicas, mediante incursão em temas pertinentes à Filosofia da Ciência, como tema estratégico na abordagem de todas as ciências e, no caso vertente, das ciências jurídica e econômica, assumindo como marcos teórico-epistemológicos, em complemento às premissas epistemológicas clássicas da ciência moderna (objetividade, determinismo, fragmentação do objeto) as teorias da “razão dialógica” (intersubjetividade), da “complexidade” (acesso contingente à realidade, pela ciência) e da “construção social da realidade”, como indispensáveis à realização do princípio de democracia e à prática acadêmico-político-jurídico-constitucional voltada à concretização dos direitos sociais fundamentais.

A abordagem de todas estas temáticas considera que a busca da efetividade dos direitos sociais fundamentais constitucionalizados na Constituição do ECDD exige uma abordagem multidisciplinar com ênfase na tríade Direito, Economia e Política. A disciplina concentra-se na interação Direito *vs.* Economia. Isto porque se na base das teorias e modelos econômicas há uma ideologia determinante dos elementos metacientíficos que interferem nas escolhas epistemológicas e teórico-doutrinários com que se justifica o objeto da atividade científica. O mesmo se dá no campo jurídico. A disciplina aceita a premissa de que tais escolhas se legitimam se concorrem para a realização do projeto de sociedade inscrito na Constituição e se promovem a efetividade dos direitos sociais fundamentais. Busca-se, portanto, contribuir para que pesquisadores comprometidos com os princípios de justiça social, de prosperidade econômica e de democracia do estado constitucional democrático de direito instrumentos teóricos, técnicos e operacionais se habilitem a proceder à crítica das políticas econômicas ora em curso, nos níveis global e nacionais, mediante a articulação inter e transdisciplinar, especialmente, entre os campos do direito, da política e da economia.

BIBLIOGRAFIA

Esclareça-se que a bibliografia é indicada em sua perspectiva mais ampla e será revista no recorte para os seminários e demais atividades.

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. Los derechos sociales como derechos exigibles. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

ARANTES, Rogério Bastos. Judiciário e política no Brasil. São Paulo: EDUC, 1997.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

BARROS, Marco Antonio L. Leme. Como entender a responsividade dos juízes no Brasil? Um estudo a partir da confiança no Poder Judiciário. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFP, v. 2, p. 23-43, 2013.

BARROS, Marco Antonio L. Leme. Consequencialismo e o argumento econômico em juízo: estudo sobre a utilização do argumento do risco sistêmico dos planos econômicos na ADPF 165. In: Revista do Mestrado em Direito UCB, v. 8, p. 1-24, 2014.

BARROS, Marco Antonio L. Leme. Precedentes segundo a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann: elementos para reconsiderar a crítica do distanciamento do common law e do civil law. Revista Arquivo Jurídico, v. 2, p. 116-130, 2015.

BARROS, Marco Antonio L. Leme; RIZZARDI, Maíra Martinelli. O Supremo Tribunal Federal e a argumentação consequentialista. Direito e Justiça (URI), v. 15, p. 101-122, 2015.

BASTOS, Marina Montes; FERREIRA, Vivian M. P. Ferreira. Padrões e deficiências na fundamentação do STF: uma análise da construção argumentativa do STF na ausência de citação de jurisprudência. In: Revista Direito em Debate, v. 23, p. 187-228, 2014.

BELLUZO, Luiz Gonzaga; GALÍPLO, Gabriel. A escassez na abundância capitalista. SP: Contracorrente, 2019.

BERCOVICI, Gilberto. (Org.). Desafios dos direitos humanos. 1ed. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

BINENBOJN, Gustavo. A nova jurisdição constitucional brasileira – legitimidade democrática e instrumentos de realização. RJ: Renovar, 2014.

BISPO, Nikolay H. Fiscalização concreta da constitucionalidade no supremo tribunal federal (STF): repercussão geral e a concentração de poderes. SD: SD, 2016.

BISPO, Nikolay H. O STF como cenário e ator de modificações sociais e jurídicas: um estudo de caso sobre a Defensoria Pública de Santa Catarina. In: FREITAS, Riva Sobrado de; TAVARES, Ademario Andrade. (Org.). Direitos Fundamentais e Democracia V. 1ed. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba e CONPEDI, 2014, v. 236, p. 269-287.

BLYTH, Mark. Austeridade - a história de uma ideia perigosa. SP: Autonomia Literária, 2017

BREUS, Thiago Lima. Políticas Públicas no estado constitucional. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFP, Curitiba, agosto/2006. Depto. de Direito Público. Orientador: Prof. Dra. Angela Cassia Costaldello. (Título III, As políticas públicas no estado constitucional. Cap I – As políticas públicas como instrumento de ação do estado constitucional: e o objeto do direito administrativo; Cap. II As limitações à realização das políticas públicas: a escassez de recursos e a reserva do possível; Cap. III Diretrizes e parâmetros para o controle das políticas públicas: horizontes e perspectivas do estado constitucional;

BRINKS, Daniel M.; BLASS, Abby. The DNA of Constitutional Justice in Latin America: Politics, Governance, and Judicial Design. New York: Cambridge University Press, 2016.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

CARTER, L. (1989). Who Guards the Guardians? Judicial Control of Administration. By Martin Shapiro. Athens: University of Georgia Press, 1988. 195p. \$20.00 cloth, \$10.00 paper. American Political Science Review, 83(3), 1035-1036.
doi:10.2307/1962104

CEPAL. A ineficiência e desigualdade (LC/TS.2019/14), Santiago: Cepal, 2018.

CHIMURIS, Ramiro; VASCONCELOS, Antônio G. (Org.) Direito e economia: neocolonialismo, dívida ambiental, tecnologia, trabalho e gênero no sistema econômico global - Coordenação e Organização: Antônio Gomes de Vasconcelos e Ramiro Chimuris - Editora La Città del Sole Itália - ISBN: 978-88-8292-535-2. PDF livre em: <https://sites.direito.ufmg.br/prunart/wp-content/uploads/2020/11/Livro-2-Direito-e-Economia-Neocolonialismo.pdf>

CLARK, Barry Stewart. Political economy – a comparative approach. London: Greenwood Publishing Group, Inc., 1998.

COMPARATO, Fabio Konder. Para Viver a democracia. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

COUSO, Javier; FORTHCOMING. Cultures of legality: judicialization and political activism in Latin America. In: SIEDER, Rachel; HUNEEUS, Alexandra; COUSO, Javier (eds.). The transformation of constitutional discourse and the judicialization of politics in Latin America. New York: Cambridge University Press, 2010.

CUNHA, Luciana Gross. Por que devemos confiar no judiciário? In: Daniel Wei Liang Wang. (Org.). Constituição e Política na Democracia: Aproximações entre Direito e Ciência Política. 1ed. São Paulo: Editora do Brasil Ltda, 2013, v. 1, p. 167-178.

CUNHA, Luciana Gross; ALMEIDA, Frederico N. R. Justiça e Desenvolvimento Econômico na Reforma do Judiciário brasileiro. In: Mario, G. Schapiro; David M. Trubek. (Org.). Direito e Desenvolvimento - Um Diálogo entre os BRICS. 1ed. São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2012, v. 1, p. 361-386.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana L.; RAMOS, Luciana de O. ; VERONESE, A.; ZIMDARS, A. DUPRET, B.; BELLO, E. ALMEIDA, F. A.; FONTAINHA, F. C.; BUTON, F.; FERRIE, J.; ISRAEL, VERZELLONI L.; EILBAUM, L.; GERALDO, P. H. B; FALBO, R. N.; COSLOVSKY, S. V., SILVEY, S. O Judiciário que temos é o que queremos? In: Fontainha, Fernando de Castro; Geraldo, Pedro Heitor Barros. (Org.). Sociologia Empírica do Direito. 11ed. Lisboa: Editorial Juruá, 2016, v. 1, p. 311-326.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci. Desempenho Judicial, o quanto a Sociedade Confia e como avalia o Poder Judiciário Brasileiro: a importância das medidas de confiança nas instituições. In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodriguez. (Org.). Manual de Sociologia Jurídica. 1ªed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, v. 1, p. 269-288.

DAHAL, Robert. Decision Making in a Democracy: The Supreme Court as a National Policy-Maker. (<https://pt.scribd.com/document/252523405/Robert-Dahl-Decision-Making-in-a-Democracy-The-Supreme-Court-as-a-National-Policy-Maker#download>).

DIMOULIS, Dimitri. A Constituição interpretada sem regras. In: Joaquim Falcão et al. (Org.). Onze Supremos. O Supremo em 2016. 1ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017, v. 1, p. 63-65.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

DIMOULIS, L. M. Dimitri. Além do ativismo e do minimalismo judicial no campo dos direitos fundamentais. Justificação jurídica de decisões e competências. In: José Carlos Francisco (Org.). Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. 261-277.

DIMOULIS, L. M. Dimitri. Discricionariedade e justificação. Reflexões sobre a visão juspositivista da interpretação jurídica. In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 31, p. 855-866, 2015.

DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. Desigualdade social brasileira e patologias jurídicas. Eficácia limitada e voluntarismo no campo dos direitos sociais. In: BERCOVICI, Gilberto. (Org.). Desafios dos direitos humanos. 1ed. São Paulo: Quartier Latin, 2016, v. 1, p. 141-161.

DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. Dimensões da constitucionalização das políticas públicas. In: Revista de Direito Administrativo, v. 276, p. 237-267, 2016.

DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. Efeito transcendente, mutação constitucional e reconfiguração do controle de constitucionalidade no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 5, p. 217-238, 2008.

DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. Interpretação conforme a Constituição e declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto. Problemas da aplicação judicial do direito constitucional. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 29, p. 135-157, 2014

DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. O impacto da Constituição de 1988 na realidade brasileira. In Revista Jurídica Consulex, v. 401, p. 35-38, 2013.

DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. O poder de definição da pauta no STF. Reflexões sobre um caso de configuração autocríativa do processo objetivo. In: Revista dos Tribunais (São Paulo), v. 878, p. 11-28, 2008.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro, OLIVEIRA, Ana Luíza M. Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. SP: Autonomia Literária, 2020.

FAGNANI, E.; FONSECA, A. (org.) Políticas sociais, universalização da cidadania e desenvolvimento: economia, distribuição da renda e mercado de trabalho. SP: Fundação Perseu Abramo, 2013.

FAGNANI, Eduardo. A reforma tributária necessária: diagnóstico e premissas. SP: ANFIP/FENAFISCO, 2018.

FAGNANI, Eduardo. Previdência: o debate desonesto: subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis da Reforma de Bolsonaro. São: Contracorrente, 2019.

FALCÃO, Joaquim et al. (Org.). Onze Supremos. O Supremo em 2016. 1ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017

FERRAJOLI, L. et al. (2012), Un Debate sobre el Constitucionalismo. Monográfico Revista Doxa, Num. Marcial Pons, Madrid.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

FERREIRA, Carolina C.; RODRIGUEZ, José R. Como decidem os juízes? Sobre a qualidade da jurisdição brasileira. In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodriguez (Org.). Manual de Sociologia Jurídica. 1ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 1, p. 255-268.

FORUM 21; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (FES); GT DE MACRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP); PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL. Austeridade e retrocesso – finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo: FES/FÓRUM 21/PPS/SEP, 2016.

FRAGA NETO, Armínio. Estado, desigualdade e crescimento no Brasil. Novos estudos Cebrap, SP, n.115, set-dez, 2019, p. 613-34.

FRANCO, Ivan Candido; CUNHA, Luciana Gross. O CNJ e os discursos do Direito e Desenvolvimento”. In: Revista Direito GV, v. 9, p. 515-534, 2013.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 33. ed. São Paulo: Nacional, 2004.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. RJ: Paz e Terra, 1983.

GARGARELA, Roberto; GOMINGO, Pilar; ROUS, Theunis (eds.). Courts and social transformation in New Democracies: An institutional voice for the poor? London: Ashgate, 2006.

HELMKE, Gretchen; RIOS-FIGUEROA, Julio. Courts in Latin America. New York: Cambridge University Press, 2011.

LIPOVETSKY, Nathália. Efetividade da justiça no mundo contemporâneo: entre a ética e a economia. Belo Horizonte: Initia Via, 2017.

MACHADO, Mario Brockmann. “Separação dos poderes e controle externo do judiciário. IN Revista dos Tribunais: cadernos de direito Constitucional e Ciência Política, ano3, n. 9, SP, out.dez/1994.

MACIEL, Débora Alves and KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. Lua Nova [online]. 2002, n.57 [cited 2021-02-21], pp.113-133. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000200006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000200006>

MORGAN, Marc. Income inequality, growth and elite taxation in Brazil: new evidence combining survey and fiscal data, 2001–2015. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2018.

OXFAM. Quem paga a conta? Oxfam, 2020 [<https://www.oxfam.org.br/quem-paga-a-conta/>];

PIKETTY, Thomas. A economia da desigualdade. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PIKETTY, Thomas. Capital e ideologia. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POCHMANN, Marcio. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POCHMANN, Marcio. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- RAMOS, Luciana de Oliveira; RIZZI, Ester Gammardella; REIS, Luciana S.; CARDOSO, Evorah Luschi Costa; OLIVERIA, Flávio B. Barbosa de; SILVA, Mariana F. C. da; XIMENES, Salomão B.; SUNDFELD, Carlos A. (coord.). Controle de Constitucionalidade e Judicialização: o STF Frente à Sociedade e aos Poderes. 1. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011. 93p.
- RIOS-FIGUEROA, j. Constitutional Courts as mediators: armed conflict, civil-military relations, and the Rule of Law Latin America. New York: Cambridge University Press.
- ROBERT, Dahl. Decision-Making in a democracy: the supreme court as a national policy-maker, Journal of public Law, vol. 6, nº. 2:279-295.
- ROSSI, P. ; DWECK, Esther; OLIVEIRA, A.L.M. Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. 1ª. Ed. SP: Autonomia Literária, v. 1. 2018.
- ROSSI, P. L. Taxa de câmbio e política cambial no Brasil: teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação. 1ª. Ed. RJ; FGV Editora, v. 1, 2016.
- SCWARCZ, Lilia. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- SEN, Amartya Kumar. A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SERRANO, F; PIMENTEL, K. Será que acabou ao dinheiro? Financiamento do gasto público e taxas de juros num país de moeda soberana. Revista de Economia Contemporânea, 21 (2), 2017.
- SIEDER, Rachel; HUNEEUS, Alexandra; COUSO, Javier (eds.). The transformation of constitutional discourse and the judicialization of politics in latin america. New York: Cambridge University Press, 2010.
- SIEDER, Rachel; SCHJOLDEN, Line, ANGELL, Alan (eds.) The judicialization of politics in Latin America. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SOUZA, Pedro. Uma história de desigualdade – A concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013. São Paulo: Hucitec, 2018.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- STEGER, Manfred B.; ROY Ravi K. *Neoliberalism – A very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2010.
- TEIXEIRA, Ariosto. *A Judicialização da Política no Brasil (1990-1996)*”. Dissertação de Mestrado defendida na UnB em 1997.
- VASCONCELOS, Antônio G. “A ‘Constituição Econômica do Estado Democrático de Direito: Direito e Economia, uma Questão Epistemológica. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*. RJLB, Ano 6 (2020), nº 5, pp. 327-372.
- VASCONCELOS, Antônio G. *Direito, Economia e Dívida Pública: uma escolha necessária entre a “economia social de mercado” e a “economia neoliberal”*, in FATTORELLI, M. Lúcia; CHIMURIS, Ramiro. *Sistema da Dívida em Tempos de Financeirização e a importância da Auditoria para interromper a barbárie*. Brasília: ACD/RICDP, 2021, pp. 79-89.
- VASCONCELOS, Antônio G.; LIPOVESTKY, Nathalia. “O Consenso de Washington e o Estado Democrático de Direito O insuperável paradoxo entre premissas dicotômica”, *In: CHIMURIS, Ramiro; VASCONCELOS, Antônio G. (Org.) Direito e Economia – O direito ao desenvolvimento integral, financeirização da economia e endividamento público*”. Editora La Città del Sole - Itália - ISBN: 978-88-8292-537-6. PDF livre em: <https://sites.direito.ufmg.br/prunart/wp-content/uploads/2020/11/Livro-1-Direito-e-Economia.pdf>
- VILHENA, Oscar; DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya; RAMOS, Luciana O.; NASSAR, Paulo A.; GLEZNER, Rubens E. *O Supremo Tribunal Federal para além das ações diretas de constitucionalidade. Resiliência constitucional: compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual*.
- WANG, Daniel Wei Liang. *Constituição e política na democracia (Aproximação entre direito e ciência política)*. São Paulo: Marcial Pons, 2013. (caps. 1 e 3,n 9.)
- WANG, Daniel Wei Liang. *Constituição e política na democracia*. São Paulo: Marcial Pons, 2013.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. ATKINSON, Anthony. *Desigualdade: O que pode ser feito?* Trad. Elisa Câmara. São Paulo: LeYa, 2015.
- YOUNG, Katharine G. *Constituting economic and social rights*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ZAGREBELSKY, Gustavo. *El Derecho dúctil*. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005